

# A flagrante economia invisível

Brasil

23 FEV 1984

ESTADO DE SÃO PAULO

Há algumas semanas, a Fundação IBGE informou que já iniciar um trabalho sobre a "economia invisível" ou "informal" conhecida também entre nós como "economia sem documento", "economia subterrânea" e "economia negra". Os primeiros resultados foram apresentados à imprensa já anteontem, com uma celeridade pouco comum aos estudos do IBGE. Há certamente um ministro muito interessado em conhecer os resultados dessa pesquisa: o ministro Antônio Delfim Netto, a quem sempre convém a descoberta de novos contribuintes.

O ministro do Planejamento deve ter ficado impressionado com os dados trazidos a público pelo IBGE, segundo os quais a economia informal movimentava o equivalente a 6,94% do Produto Interno Bruto, ou seja, 16,7 bilhões de dólares. Mais impressionante porém, é o crescimento da economia paralela. Em 1978, segundo os dados do IBGE, não chegava a representar sequer 0,5% do PIB, mas em 1981 passou a representar 2,35% e, hoje, corresponde a quase 7%. Mas o Brasil não é o campeão da economia informal. Com

efeito, segundo certos dados — que não inspiram, todavia, absoluta confiança —, na Índia a economia invisível chega a representar 50% do PIB, na Itália cerca de 30% e nos Estados Unidos uns 14%. Vê-se pois, que, sob esse aspecto, o Brasil está um pouco atrasado, tanto em relação a países pobres como em relação aos ricos. É verdade que, a dar fé as estatísticas do IBGE, que se apoiam em dados muito frágeis, no que tange à avaliação da economia subterrânea (relação entre a moeda em poder do público e a moeda escritural), o ritmo de crescimento levará rapidamente o País a um dos primeiros lugares.

A economia informal pode ser consequência da pobreza ou da riqueza econômica, como também ser uma defesa contra o regime político. Nos países comunistas, a chamada economia subterrânea e muito desenvolvida, porque ali representa uma defesa contra os abusos da socialização da vida econômica, e constitui, principalmente, um privilégio outorgado aos integrantes da *Nomenklatura*. Nos Estados Unidos, o desenvolvimento da economia sem

documento foi um modo de defesa contra o Estado Providencial e o *welfare state*. Na Itália, é o meio de contrabalançar o excesso da carga tributária. Em numerosos países é uma proteção contra o desemprego.

São vários, certamente, no Brasil, os fatores que explicam o presente desenvolvimento da economia informal. Os mais importantes e decisivos foram, sem dúvida, a crise econômica e a expansão do desemprego. Foram estes dois fenômenos que determinaram a expansão dessa modalidade de economia de 1981 em diante. A expansão deverá ganhar mais força este ano em consequência do terrível aumento da carga tributária. Aliás, é isto que explica a curiosidade do ministro Antônio Delfim Netto acerca do assunto.

Certos economistas entendem que o desenvolvimento da economia informal é fator positivo, por estar salvando o capitalismo e forçando-o a comeder o excesso de intervencionismo através do *welfare state* e do consequente aumento de tributos. Mas também não é descabido considerar que pode ser fatal ao capitalis-

mo. Com efeito, as empresas que pertencem à economia visível devem arcar com todo o peso da tributação e a cada dia sentem maior dificuldade para suportar a concorrência dos que não pagam os 17% do ICM, dos que não pagam Imposto sobre a Renda e dos que não pagam o IPI — para não falar dos custos, aos quais escapam no plano da burocracia.

Se se quisesse hoje, no Brasil, acabar com a economia sem documento, criar-se-ia, sem dúvida, sério problema social, e certamente qualquer tentativa nesse sentido estaria fadada ao malogrado total. Mas isto não é razão para que o governo não estude o assunto com atenção e reflita sobre as medidas que poderiam ser tomadas para combater esse sistema que não somente favorece a fraude fiscal como também impede que se dêem as garantias mínimas necessárias aos empregados (assistência médica, aposentadoria, etc.). Paradoxalmente, a solução encontra-se na redução da carga tributária e dos encargos sociais. O fenômeno é, sem dúvida, irreversível, e as novas medidas deverão tolher apenas sua expansão.